



Veja a seguir informações sobre as ações da Adpep, Defensoras e Defensores Públicos em abril de 2025.

Conselho diretor

Bruno Braga Cavalcante
Diretor Presidente

Beatriz Ferreira dos Reis
Diretora Vice-Presidente

Rodrigo Cerqueira de Miranda
Diretor Secretário

Regina Lúcia Barata Pinheiro de Sousa
Diretora Legislativa

Emilgrietty Santos Lisboa
Diretora Social

Antônio Carlos de Andrade Monteiro
Diretor 1º Tesoureiro

Nelson de Castro Monteiro
Diretor 2º Tesoureiro

Alexandre Martins Bastos
Diretor Institucional

José Anijar Fragoso Rei
Diretor Jurídico

Maria de Nazaré Russo Ramos
Diretora de Assistência Social

Maria Cândida Costa Feitosa
Diretora de Aposentados

Membras do Conselho Superior:

Silvia Gomes Noronha
Fernanda de Sales Schettini
Joana Aurélio de Lima

Membras e membros do Conselho Fiscal:

Eloizio Cordeiro Taveira de Souza
Vanessa Maria de Matos Castro

ADPEP e ANADEP discutem pautas ambientais e da Defensoria Pública com a deputada Elcione

A ADPEP, representada por Bruno Braga, e a ANADEP, por Fernanda Fernandes, reuniram-se com a deputada Elcione Barbalho para parabenizá-la por assumir a presidência da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Na ocasião, apresentaram a Campanha Nacional da ANADEP de 2025, com foco em mudanças climáticas, e trataram da participação na COP 30 e da inclusão da Defensoria Pública no PL 4015. Bruno Braga destacou o compromisso e apoio contínuo da deputada às pautas da Defensoria e dos mais vulneráveis.



Defensoria Pública é reconhecida como carreira de risco com aprovação do PL 4015



ADPEP e ANADEP comemoram a aprovação do PL 4015/2023, que inclui a Defensoria Pública entre as carreiras jurídicas reconhecidas como atividades de risco. A medida prevê punições mais severas para crimes contra seus membros e garante maior proteção institucional. Inicialmente voltado apenas à Magistratura e ao Ministério Público, o projeto foi ampliado no Senado após articulação da ANADEP com apoio da ADPEP. A aprovação representa um avanço na valorização e reconhecimento dos riscos enfrentados por defensoras e defensores públicos. O texto segue para sanção presidencial.

ADPEP participa de sessão na Alepa sobre memória e reparação às vítimas da Ditadura Militar



Na última quarta-feira (10), a ADPEP marcou presença em sessão especial da Alepa sobre políticas de memória e reparação às vítimas da Ditadura Militar no Pará, proposta pelo deputado Carlos Bordalo. O evento foi correalizado pela SEIRDH, com participação de autoridades como representantes da Defensoria Pública, Ministério Público, OAB e universidades, além de movimentos sociais e familiares de vítimas da repressão. A ADPEP reafirmou seu compromisso com os direitos humanos, a memória histórica e a defesa da democracia.



ADPEP participa da posse do novo Procurador-Geral de Justiça do Pará

No dia 14 de abril, a ADPEP esteve presente na cerimônia de posse do novo Procurador-Geral de Justiça do Pará, promotor Alexandre Tourinho, que assume o cargo para o biênio 2025/2027. O evento ocorreu no Teatro Maria Sylvia Nunes, em Belém, e reuniu autoridades dos três poderes e representantes do sistema de justiça.



A presença da ADPEP reforça seu papel na articulação interinstitucional, valorização da Defensoria Pública e na defesa do Estado Democrático de Direito. Também estiveram presentes diversas autoridades defensoriais e foi destacada a trajetória de Alexandre Tourinho no MPPA e na Ampep.

ADPEP visita Funtelpa para fortalecer parcerias institucionais



Nesta terça-feira (29/04), a ADPEP, representada pelo presidente Bruno Braga, realizou uma visita institucional à Fundação Paraense de Radiodifusão (Funtelpa), onde foi recebida pelo presidente Miro Sanova. O encontro teve como objetivo discutir ações conjuntas para divulgar a atuação da Defensoria Pública e promover o acesso à informação e direitos.

A parceria busca fortalecer as políticas públicas de comunicação e cidadania, reforçando a importância da cooperação entre instituições comprometidas com o bem-estar da sociedade paraense. A aproximação sinaliza futuras colaborações em prol do interesse público.



ADPEP visita Corregedoria-Geral de Justiça do TJPA para fortalecer diálogo institucional

No dia 7 de abril, a ADPEP, representada pelo Diretor-Presidente Bruno Braga, realizou visita institucional à nova equipe da Corregedoria-Geral de Justiça do TJPA. Recebido pelo Juiz Auxiliar Raimundo Santana, o encontro teve como foco o fortalecimento do diálogo entre as instituições, a defesa das prerrogativas da Defensoria Pública e a disposição para parcerias que aprimorem o serviço público no Sistema de Justiça.



Campanha Nacional da ANADEP: "JUSTIÇA CLIMÁTICA É JUSTIÇA SOCIAL"



**JUSTIÇA CLIMÁTICA
É JUSTIÇA SOCIAL**

**DEFENSORIA PÚBLICA
POR UM BRASIL
MAIS SUSTENTÁVEL,
JUSTO E IGUALITÁRIO**

A emergência climática é uma realidade! Secas, incêndios, enchentes e ondas de calor estão cada vez mais frequentes. E são as pessoas e comunidades mais vulnerabilizadas que sofrem os impactos dos desastres ambientais e climáticos de forma mais intensa. Por isso, a Defensoria Pública trabalha para garantir justiça climática, protegendo direitos e promovendo um futuro mais justo, sustentável e igualitário, reafirmando seu compromisso com a Agenda 2030.

#JustiçaClimática #DefensoriaeAgenda2030

REALIZAÇÃO:  ANADEP
Ação Nacional das Defensorias e Defensores Públicos

APOIO:  CONDEGE
Conselho Nacional dos Defensores e Defensoras Públicas

A ANADEP lançará em 2025 a campanha "**JUSTIÇA CLIMÁTICA É JUSTIÇA SOCIAL**", destacando o papel da Defensoria Pública no combate às desigualdades sociais e ambientais. A campanha abordará temas como racismo ambiental, equidade de gênero, direitos dos povos indígenas e apoio a catadores(as).

Também haverá foco no atendimento a catadores(as) de material reciclável e na promoção de mutirões para garantir o direito à "Tarifa Social de Água e Esgoto" (Lei nº 14.898/2024). O lançamento oficial ocorrerá nos dias 12 e 13 de maio de 2025, na região metropolitana de Salvador, Bahia.

Reunião em Afuá fortalece a proteção dos direitos das mulheres



Em 25 de março, a Câmara Municipal de Afuá sediou uma reunião entre a Procuradoria Especial da Mulher e a Defensoria Pública, visando ampliar a proteção dos direitos das mulheres. O encontro contou com a presença do Defensor Público Franculino José da Silva Filho e autoridades locais, abordando temas como a Patrulha “Maria da Penha” e o projeto “Maria da Penha Vai à Escola”.

Foi acordado facilitar o acesso das mulheres da zona rural à Defensoria, considerando as dificuldades de deslocamento. O defensor enfatizou a importância da integração institucional e da visibilidade dessas ações, com o apoio da ADPEP para fortalecer a proteção das mulheres.

Defensoria Pública garante fornecimento de undecilato de testosterona



A Defensoria Pública do Estado do Pará obteve uma liminar histórica garantindo o fornecimento de undecilato de testosterona a um paciente com Síndrome de Klinefelter. Este é o único tratamento terapêutico reconhecido para essa condição, mas ainda não está incorporado às listas do SUS.

“O medicamento é essencial para prevenir complicações graves como osteoporose precoce e desequilíbrios metabólicos”, explica o Defensor Público Rodrigo Cerqueira de Miranda. A decisão não só beneficia o paciente em questão, mas também abre precedentes importantes para pessoas com doenças raras que ainda enfrentam a falta de tratamentos no sistema público.

Esta vitória destaca a importância de revisar e atualizar os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT), evitando judicializações e garantindo um atendimento mais ágil e eficaz.

ADPEP saúda os 44 novos Defensores Removidos na Carreira



No dia 02/04, o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) efetivou a remoção de 44 Defensoras e Defensores Públicos. A sessão foi acompanhada pela diretoria da ADPEP e foi aguardada com grande expectativa. A medida, oficializada no Diário Oficial do Estado em 16 de abril de 2025 por meio da Portaria da Defensoria Pública Geral, faz parte de uma política de valorização da carreira, apoiada pela entidade, e visa reduzir designações provisórias e consolidar atuações mais estáveis e especializadas. As remoções buscam fortalecer o atendimento à população, garantindo que os municípios contem com profissionais preparados para atender às diversas demandas da Defensoria Pública.

Atuação



Entre as principais atuações jurídicas da Defensoria Pública do Pará em abril de 2025, destaca-se a decisão que garantiu o fornecimento do medicamento undecilato de testosterona a um paciente com **Síndrome de Klinefelter**. A ação foi conduzida pelo defensor público **Rodrigo Cerqueira de Miranda** e representa um marco importante, já que o medicamento, essencial para o tratamento da condição, ainda não está incluído nas listas do SUS. A vitória judicial beneficia não apenas o paciente, mas também abre precedente para outros casos envolvendo doenças raras.



Outro avanço significativo foi a concessão inédita de uma medida protetiva da Lei Maria da Penha a uma pessoa LGBTQIA+ com deficiência, vítima de violência doméstica. A decisão, resultado da atuação dos defensores **Alexandre Martins Bastos, Felícia Fiuza e Francisco Pinho**, reconhece a necessidade de proteção interseccional e amplia a compreensão das situações de violência para além de relações heteronormativas.

ABRIL AZUL

Abril Azul

Direitos da Pessoa
Autista: *o que a lei
garante?*



Abril é o mês da conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), e a legislação garante às pessoas autistas direitos como saúde, educação inclusiva e atendimento prioritário, conforme a Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012) e a Lei nº 9.061/2020 no Pará, que institui a Ciptea. A defensora pública Clarice dos Santos Otoni destaca a importância de conhecer o autismo para promover respeito e inclusão efetiva.

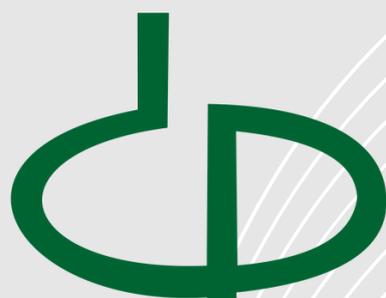
Calendário



Neste mês, reforçamos a importância do respeito e da inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A defensora pública **Clarice dos Santos Otoni** destaca que conhecer o autismo é essencial para combater o preconceito e promover a inclusão. "A conscientização é o primeiro passo para construirmos uma sociedade mais justa e acolhedora para todos", afirma.

ADPEP celebrou, com grande satisfação, a conquista de um marco importante em sua trajetória: a marca de **2 mil seguidores** em sua comunidade no Instagram. Esse número representa muito mais do que estatísticas — simboliza a confiança, o engajamento e o apoio de defensoras, defensores, profissionais do direito, parceiros institucionais e da sociedade em geral, que acreditam no trabalho desenvolvido pela associação. Chegar a esse número é também um reflexo do esforço contínuo de aproximar a ADPEP da população e ampliar a visibilidade das ações realizadas em prol dos mais vulneráveis.





ADPEP PARÁ

ASSOCIAÇÃO DAS DEFENSORAS E DEFENSORES
PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ



[adpep.oficial](#)



Rua Pe. Prudêncio, 95 - Campina